

Resolução Normativa - RN nº 001/2017, de 21 de Junho de 2017.

**Institui o Regulamento de Compras,
Contratações de Obras e Serviços e
Alienações de Bens Públicos.**

O Conselho de Administração da **FUNDAÇÃO ANTARES DE ENSINO SUPERIOR, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAESPE**, no exercício de suas atribuições e competência estatutárias, estabelece e determina o presente Regulamento de Compras, Contratação de Obras e Serviços e Alienações de Bens Públicos.

**CAPÍTULO 1
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Este regulamento estabelece normas, rotinas e critérios para a aquisição de bens, contratação de obras e serviços e alienações de bens públicos pela FAESPE, qualificada como Organização Social no Estado de Goiás pelos Decretos nº 8.541/2016 e nº 8.816/2016, quando na utilização de recursos públicos, incluindo as demandas decorrentes de relações contratuais, convênios ou outras avenças de colaboração firmada junto à Administração Pública, em especial nos Contratos de Gestão.

Art. 2º - A aquisição de bens, a contratação de obras e serviços e as alienações de bens públicos necessários às finalidades definidas em contratos de gestão, reger-se-ão pelos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, economicidade, impessoalidade, na boa-fé, da probidade, da eficiência, da isonomia e do julgamento objetivo mantendo e observando sempre as orientações da Legislação vigente.

Art. 3º - As normas deste Regulamento têm como objetivo fixar parâmetros para a seleção das propostas mais vantajosas para a Administração Pública, e assegurar tratamento isonômico aos interessados, mediante julgamento objetivo.

Art. 4º - Todos os procedimentos de aquisições, contratações e alienações realizados com fundamento neste regulamento devem estar devidamente instruídos e documentados, a fim de facilitar o acompanhamento, o controle e a fiscalização dos mesmos.

Art. 5º - Na operacionalização dos procedimentos regulamentados, a FAESPE deverá:

1- Instituir unidade responsável pelo processo formal de compras e da seleção de fornecedores;

II - Estabelecer processos de controle e avaliação nos procedimentos a serem efetuados em cumprimento ao objeto deste regulamento, através da comprovação de qualidade de produtos e serviços, possibilitando a gerência de riscos e de possíveis eventos adversos;

III - Realizar procedimentos de registro contábil-financeiro das contratações de obras, serviços, compras e alienações, permitindo controlar as operações com recursos públicos oriundos do Contrato de Gestão.

CAPÍTULO II DA SELEÇÃO

Art. 6° - Todo o processo de compras e contratações de que trata este regulamento deve estar devidamente documentado, a fim de facilitar o acompanhamento, o controle e a fiscalização do Contrato de Gestão.

§1° - A FAESPE, em obediência aos princípios da publicidade e da transparência, dará publicidade prévia aos avisos de compras e/ou contratações, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, nos seguintes meios:

- a. Sítio eletrônico da FAESPE na internet, para todas as aquisições e contratações, incluídas aquelas realizadas por meio de plataforma eletrônica;
- b. Jornal de Grande Circulação estadual e/ou nacional, para contratações, cujo valor esteja acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- e. Diário Oficial do Estado de Goiás, quando julgado necessário pela FAESPE.

§2° - Havendo publicação em mais de um canal acima descrito, a contagem de prazo se dará a partir daquela que ocorrer por último.

§3° - Os resultados de todas as contratações, incluídas aquelas previstas no artigo 7°, serão disponibilizados no sítio eletrônico da FAESPE, durante a vigência do contrato de gestão, contendo as seguintes informações: fornecedor, objeto, vigência, valores mensal e total.

Art. 7° - Fica dispensado o procedimento disposto no §1° do Art. 6° deste regulamento, mediante prévia solicitação por escrito da Superintendência Geral, nos seguintes casos:

1 - Operação envolvendo empresas públicas, entidades paraestatais, organizações sociais ou sem fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras, universidades ou centros de pesquisa públicos nacionais;

II - Aquisição de bens ou contratação de serviços diretamente do fabricante, empresas ou representante comercial exclusivo, devendo ser comprovada a inviabilidade de competição, não podendo haver preferência de marca;

III - Contratação de serviços técnicos especializados, nos termos do Art. 23 deste Regulamento;

IV - Inexistência de interessados na seleção regularmente realizada, com a devida publicidade prévia necessária;

V - Compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas do Contrato de Gestão, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, bem como para a realização das adaptações necessárias para seu pronto uso, observando os valores praticados no mercado;

VI - Divulgação em mídia, desde que o setor requisitante justifique a real necessidade e o veículo escolhido;

VII - Suprimento de energia elétrica, água, gás, telefonia, internet ou similar, cujo fornecedor seja exclusivo;

VIII - Quando houver inequívoca inviabilidade de competição, devendo ser a mesma devidamente comprovada;

IX - Vistoria, amostras, orçamentos prévios de serviços, para os quais exista a cobrança de confecção/produção/visita técnica ou entrevista, desde que limitada ao valor equivalente às aquisições de pequena monta, sem os quais não se obterá certeza da melhor contratação ou do melhor preço;

X - despesas de pequena monta e pronto pagamento, assim entendidas aquelas em que não ultrapassem o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) anuais por similaridade de objeto, vedado o fracionamento de despesas para simplificar, indevidamente, o procedimento de compra ou contratação de serviços, passível, o funcionário que der causa, das sanções legais;

XI - Para despesas realizadas em regime de emergência, assim entendidas aquelas situações cuja morosidade no atendimento possa ocasionar prejuízos à Administração Pública ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou equipamentos, devendo haver justificativa prévia.

§1º - As compras e contratações realizadas com fundamento nos Incisos IV, X e XI deste artigo serão realizadas através de pesquisa de mercado por telefone, e-mail ou orçamentos, devidamente registrados no respectivo processo de compras/contratação.

§2º - Nas hipóteses dos Incisos 1, II, III, VIII e IX, a empresa contratada deverá comprovar a compatibilidade do preço praticado no mercado, por meio de

notas fiscais, equivalente de contratação com outros clientes com produtos/serviços idênticos e/ou similares para validação do valor contratado.

§3° - Na hipótese prevista no inciso V, a comprovação da compatibilidade do preço de mercado se dará por meio de 03 (três) cotações opinativas de corretores devidamente inscritos no CRECI ou laudo técnico de engenharia com ART.

§4° - Na hipótese do Inciso XI, o setor requisitante deverá apresentar juntamente à solicitação, um motivo que justifique a necessidade de regime de emergência, competindo à FAESPE através de sua Superintendência Executiva em conjunto com a Superintendência interessada, a análise da procedência ou não do pedido.

§5° - As despesas realizadas em regime de emergência ficarão adstritas ao prazo e quantidades necessárias à finalização do procedimento de contratação previsto no parágrafo 1° do artigo 6° deste regulamento, limitadas a 90 (noventa) dias.

Art. 8° - O procedimento de seleção de fornecedores/prestadores inicia-se com a solicitação de aquisição de bens, contratação de obras ou serviços, a qual deverá conter:

1- A indicação da razão pela qual se faz necessária a aquisição de bens, ou a contratação de serviço ou obras demandadas;

I - A descrição pormenorizada do material ou bem a ser adquirido, ou do serviço ou obra a ser contratado;

II - A quantidade a ser adquirida, quando se tratar de compras;

IV - O regime de seleção, que poderá ser de rotina ou emergência.

Art. 9° - A realização de seleção de fornecedores/prestadores não obriga a FAESPE a formalizar o contrato, podendo a mesma ser anulada ou cancelada pela Superintendência Executiva, desde que devidamente justificado.

Art. 10° - A Seleção de Fornecedores poderá ser realizada em 02 (duas) modalidades:

I - Carta Simples;

II - Carta Especial.

§1° - Caso não seja possível, no início do processo de contratação, definir a modalidade de procedimento que será aplicada, será realizada cotação prévia pelo setor responsável.

§2º - Verificada, ao longo do processo de contratação, a incompatibilidade entre o valor dos serviços e a modalidade de procedimento, o setor responsável realizará a conversão necessária, observando os respectivos requisitos e documentos obrigatórios indicados neste Regulamento.

CAPÍTULO III DA CARTA SIMPLES

Art. 11 - Será utilizada a Modalidade Carta Simples quando o valor dos bens a serem adquiridos, ou dos serviços ou obras a serem contratados, for inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) anuais.

Parágrafo Único - Os atos de convocação deverão ser divulgados na página da entidade na Internet, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data final estabelecida para o recebimento das propostas.

CAPÍTULO IV DA CARTA ESPECIAL

Art. 12 - A FAESPE utilizará um procedimento de maior formalidade que consiste na Carta Especial, por meio da qual é feito o chamamento público, mediante divulgação do Extrato de Chamamento, no qual serão fornecidas as instruções e condições de participação de quaisquer interessados em fornecer bens, serviços ou em realizar obras quando o valor estimado destes for superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 13 - O Extrato de Chamamento estabelecerá, em cada caso, os procedimentos a serem utilizados para apresentação das propostas pelos participantes interessados, contendo os critérios de julgamento objetivo.

Parágrafo Único - Os Extratos de Chamamentos e as homologações das Cartas Especiais deverão ser divulgados na página da Internet da instituição, acrescentando-se que o Extrato de Chamamento deverá também ser publicado em jornal de grande circulação e, quando necessário, no Diário Oficial do Estado, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data final estabelecida para o recebimento das propostas.

CAPÍTULO V DO JULGAMENTO

Art. 14 - No julgamento das propostas para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, serão considerados os seguintes critérios:

- 1-Adequação das propostas ao objeto da seleção;
- ii - Qualidade;

III - Preço;

IV - Prazos de fornecimento ou de conclusão dos serviços;

V - Condições de pagamento;

VI - Custos de transporte e seguro até o local da entrega, quando for o caso;

VII - Eventual necessidade de treinamento de pessoal;

VIII - Garantia de manutenção, reposição de peças, assistência técnica e atendimento de urgência, quando for o caso;

IX - Segurança e durabilidade dos bens adquiridos e dos serviços e obras prestados;

X - Outros critérios previstos na solicitação ou ato de convocação, desde que os mesmos não inviabilizem a competitividade do processo.

§1º - É vedada a utilização de critérios de julgamento que possam favorecer qualquer proponente.

§2º - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências da solicitação ou do ato convocatório.

Art. 15 - Será considerada a melhor proposta a que resultar em melhor custo/benefício à Administração Pública.

§1º - Sempre que possível, deverá ser dada preferência à proposta que apresentar o menor preço, salvo os casos devidamente motivados;

§2º - Caso a proposta vencedora não atenda às exigências solicitadas no Termo de Referência, será examinada a proposta subsequente, e assim sucessivamente.

§3º - Quando todas as propostas recebidas apresentarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou valores inexequíveis será prorrogado o prazo inicialmente estabelecido, por igual período, para recebimento de novas propostas.

Art. 16 - Declarada a empresa vencedora na fase de julgamento das propostas, a mesma será convocada a encaminhar as documentações solicitadas no Termo de Referência.

§1º - Caso a empresa apresente irregularidades nas documentações, será examinada as documentações da empresa subsequente, e assim sucessivamente.

§2º - Declarada a empresa vencedora, a FAESPE dará publicidade ao ato, devendo divulgar na página da entidade na Internet o objeto, o nome do fornecedor/prestador selecionado, o preço praticado e a vigência.

§3º - A FAESPE comunicará à empresa para que compareça nas dependências da CONTRATANTE para que seja formalizado, nos casos que couber, instrumento contratual.

§4º - Quando o responsável pela proposta vencedora, por qualquer razão, não assinar o contrato no prazo estabelecido, é facultado a FAESPE convocar os participantes remanescentes, obedecendo à ordem de classificação, ou revogar o certame.

CAPÍTULO VI DAS COMPRAS

Art. 17 - Para fins do presente regulamento, considera-se compra toda aquisição remunerada de bens de consumo e materiais permanentes, para fornecimento de uma só vez ou em parcelas, com a finalidade de suprir a organização com os materiais necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

Art. 18 - Após aprovada a compra, nos termos do Art. 15 do presente Regulamento, o setor responsável emitirá a ordem de Compra, em três vias, distribuindo-as aos setores competentes e ao fornecedor.

Art. 19 - A ordem de Compra representa o documento formal da negociação havida entre a FAESPE e o fornecedor e encerra o procedimento de compras, para os casos de aquisição de bens, devendo representar fielmente todas as condições em que foi realizada a avença.

Art. 20 - O recebimento físico e conferência dos bens e materiais serão realizados pelo setor responsável a partir das especificações contidas no Pedido de Compra, em caso de conformidade, deverá após a conferência ser dada entrada da nota fiscal no sistema de gestão de estoque, bem como, ser realizado atesto da nota fiscal com carimbo do responsável para posterior pagamento.

Parágrafo Único - O acompanhamento dos pedidos de compras será realizado pelo setor responsável, a qual acionará a empresa caso haja atraso nos prazos de entrega.

Art. 21 - Poderão ser estabelecidas comissões nomeadas para tanto, para definirem padronizações e especificações técnicas para os produtos necessários às atividades da FAESPE, sendo vedada a preferência de marca, a fim de garantir a impessoalidade e isonomia nos processos de compras.

CAPÍTULO VII DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 22 - Para fins do presente Regulamento considera-se serviço a prestação de qualquer trabalho de qualquer natureza, excetuando-se o disposto no Capítulo VIII da presente Resolução.

Art. 23 - Para fins do presente Regulamento, consideram-se serviços técnicos especializados, os trabalhos relativos a:

- I - Estudos Técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
- II - Pareceres técnicos, perícias e avaliações em geral, inclusive em âmbito judicial;
- III - Assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- IV - Fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- V - Patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- VI - Profissional ou grupo de qualquer setor artístico, com fins da promoção de oficinas em ensino ou congêneres;
- VII - Contratação de profissionais para a elaboração de conteúdo a ser inserido em materiais e suplementos didáticos.

Parágrafo Único - As Superintendências, Administrativa, Financeira, Técnico-Pedagógica e Tecnológica deverão informar a necessidade dos serviços, selecionar criteriosamente os prestadores de serviços técnicos especializados, considerando a idoneidade, a experiência e a especialização do contratado, dentro da respectiva área, devendo ser comprovada e ou justificada a inviabilidade de competição quando assim ocorrer.

Art. 24 - Será elaborado contrato que estabelecerá com clareza e precisão as condições para a aquisição de bens ou prestação de serviços, devendo conter os itens abaixo citados, no que couber, quais sejam:

- I - O objeto da contratação;
- II - O preço, as condições de pagamento e, quando for o caso, os critérios de reajuste de preços e de atualização monetária;
- III - Os prazos de início e término;
- IV - As penalidades cabíveis e os valores percentuais das multas;

V - Os casos de rescisão;

VI - Descrição dos produtos;

VII - Cronograma de atividades contendo a descrição e prazos de execução de cada fase de trabalho, quando houver;

VIII - Previsão de apresentação de relatórios parciais, quando for o caso, e final, sobre o andamento e/ou a entrega dos serviços;

IX - Cláusula condicionando a liberação dos pagamentos à verificação dos serviços prestados, conforme previsto no Art. 25, e à emissão de nota fiscal (em caso de pessoa jurídica) e Recibo de Profissional Autônomo (em caso de pessoa física).

Art. 25 - A verificação da conformidade dos serviços prestados com os contratados será realizada pelo setor responsável, o qual procederá à conferência destes a partir dos dispositivos do contrato de prestação de serviços e/ou aquisição de bens e dos relatórios elaborados pelo prestador/fornecedor, cabendo-lhe rejeitar os serviços/bens que não correspondam às condições e especificações estabelecidas.

CAPÍTULO VIII DA CONTRATAÇÃO DE OBRAS

Art. 26 - Para fins do presente Regulamento, considera-se obra toda construção, reforma, recuperação ou ampliação de imóveis realizada por terceiros.

Art. 27 - Para a contratação de obras deverão ser elaborados previamente os projetos básicos e/ou executivos, bem como o cronograma físico-financeiro, assim considerados:

I - Projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou o complexo de obras, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução;

II - Projeto executivo: conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT;

III - Cronograma físico-financeiro: documento contendo a previsão de prazo de execução de cada etapa da obra e respectivo desembolso financeiro.

Art. 28 - Na elaboração dos projetos básicos e executivos deverão ser considerados os seguintes requisitos:

1- Segurança;

li - Funcionalidade e adequação ao interesse público;

lii - Economia na execução, conservação e operação;

IV - Possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação;

V - Facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço;

VI - Adoção das normas técnicas adequadas;

VII - Avaliação de custo, definição de métodos e prazo de execução.

Art. 29 - Caberá a Superintendência Geral determinar o regime de contratação da obra, o qual poderá ser:

1 - Empreitada global, quando for contratada a execução da obra e fornecimento de materiais por preço certo e global, com observância severa aos serviços efetivamente executados e medidos;

ii - Empreitada parcial, quando for contratada apenas mão-de-obra por preço certo, com observância severa aos serviços efetivamente executados e medidos.

Art. 30 - O contrato estabelecerá com clareza e precisão as condições para a execução da obra, dispondo, no mínimo, sobre:

1- O objeto da contratação;

ii - O regime de execução;

lii - O preço, as condições de pagamento e, quando for o caso, os critérios de reajuste de preços e de atualização monetária;

IV - Os prazos de início e término;

V - Os direitos e as responsabilidades das partes, sendo que deverá constar expressamente a obrigação do empreiteiro de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições existentes na seleção;

VI - As penalidades cabíveis e os valores percentuais das multas;

VII - Os casos de rescisão.

Art. 31 - A Superintendência Geral nomeará comissões responsáveis pelo recebimento e julgamento das propostas de preço e de acompanhamento e fiscalização da obra de modo sistemático e permanente, de maneira a fazer cumprir rigorosamente os prazos, condições e especificações previstas no contrato e no projeto de execução.

Parágrafo Único - Ficarão a cargo das comissões competentes nomeadas:

1- Receber propostas e proceder ao julgamento;

I - Rejeitar os serviços ou materiais que não correspondam às condições e especificações estabelecidas;

II - Verificar se os valores cobrados correspondem aos serviços efetivamente executados;

III - Acompanhar o ritmo da execução da obra, informando ao gestor do contrato as irregularidades detectadas;

IV - Emitir parecer final, ao término da obra, recomendando ou não sua aceitação.

CAPÍTULO IX DOS ATOS ILÍCITOS

Art. 32 - Os colaboradores que praticarem atos em desacordo com os preceitos deste regulamento de compras, visando ou não frustrar os objetivos da contratação de obras, serviços e compras sujeitam-se às sanções previstas neste regulamento, no Manual de Processo Administrativo Disciplinar da FAESPE, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

1 - É expressamente proibido o recebimento de vantagens de qualquer natureza, por qualquer funcionário da instituição, em qualquer das fases do processo de contratação de obras, serviços e compras. Da mesma forma, fica expressamente proibido que conste nome, símbolos, logomarcas e/ou imagens que caracterizem ou favoreçam a promoção pessoal de autoridades ou funcionários em publicidade de atos, programas, obras e serviços.

II - É expressamente proibido a quaisquer funcionários que detenham poder decisório ou não, relacionamento comercial ou profissional com pessoas físicas e ou jurídicas que mantenham relações comerciais com a FAESPE. É vedado também qualquer tipo de ação que objetive frustrar qualquer tipo de contratação de obras, serviços ou compras.

lII - É expressamente proibida a utilização de bens, serviços, bem como a utilização dos serviços desenvolvidos pelos colaboradores da instituição em benefício de quaisquer funcionário que detenha poder decisório, contrariando as finalidades da FAESPE.

CAPÍTULO X DAS ALIENAÇÕES

Art. 33 - Os bens imóveis de uso permitidos pelo Estado à Organização Social, bem como aqueles adquiridos utilizando-se de recursos provenientes da celebração de Contrato de Gestão, são inalienáveis.

Art. 34 - As alienações de bens móveis adquiridos com dinheiro público deverão ser precedidas de anuência do Poder Público, e os recursos advindos de tal procedimento serão revertidos em investimentos no desenvolvimento das atividades do contrato de gestão.

Art. 35 - O procedimento de alienação abrange as seguintes fases:

- a. Inventário dos bens;
- b. Declaração de que os mesmos se tornaram inservíveis para a execução da atividade;
- e. Avaliação dos bens;
- d. Comunicação ao Órgão Supervisor, para fins de controle patrimonial;
- e. Publicação do "edital ou similar", dos termos do art. 6°;
- f. Recebimento e julgamento das propostas;
- g. Publicação do resultado, nos termos do §3° do Art. 6°.

Art. 36 - A alienação será realizada pelo critério de julgamento de maior oferta.

CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37 - Os bens móveis e imóveis doados para a organização social ou adquiridos pela mesma, utilizando-se de recursos provenientes da celebração de contrato de gestão, destinar-se-ão, exclusivamente, à sua execução, devendo a respectiva titularidade ser transferida de imediato ao Estado.

Art. 38 - Em todas as modalidades de contratação, somente poderão participar da seleção de fornecedores/prestadores, ou, em caso de dispensa desta, as empresas legalmente constituídas.

§1º - A legalidade da constituição da empresa será comprovada por meio de cópia do contrato ou estatuto social e do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ).

§2º - Em todas as modalidades de contratação será exigida das empresas participantes a regularidade fiscal, por meio de:

I - Prova de Regularidade Fiscal concernente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por meio de "Certidão Conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN;

II - Prova de situação regular para com a Fazenda Estadual do Estado de Goiás, que deverá ser feita por meio de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

III - Prova de situação regular para com a Fazenda Municipal, que deverá ser feita por meio de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;

IV - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, alínea "a", Lei nº 8.036 de 11/05/90), através da apresentação do CRC - Certificado da Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

V - Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho.

Art. 39 - É vedado que a entidade mantenha qualquer tipo de relacionamento comercial ou profissional (contratar serviços, fazer aquisições e outros) com pessoas físicas e jurídicas que se relacionem com dirigentes que detenham poder decisório, bem como com aqueles elencados no art. 8º - C da Lei Estadual nº 15.503/2005.

Art. 40 - A aquisição de bens imóveis, a ser realizada durante a execução do contrato de gestão, com recursos dele provenientes, será submetida à Secretaria de Estado competente e somente poderá ser feita mediante autorização desta, devidamente ratificada pelo Chefe do Executivo, devendo a respectiva titularidade ser transferida de imediato ao Estado.

Art. 41 - O pagamento somente poderá ser efetuado mediante entrega do respectivo documento fiscal competente, nota fiscal ou RPA (recibo de pagamento de autônomo), os quais deverão obrigatoriamente conter o número do Contrato de Gestão a que se refere, sendo que para as notas fiscais tal informação deverá constar no campo "informações adicionais".

Art. 42 - Os contratos terão prazo determinado não podendo ultrapassar, inclusive suas eventuais prorrogações, o limite máximo do contrato de gestão ou 60 (sessenta) meses, se aquele for maior.

Art. 43 - Os casos omissos neste Regulamento serão decididos pela Superintendência Geral, submetendo-se suas decisões à ratificação do Conselho de Administração da Instituição e no que se refere as matérias correspondentes as atividades do Contrato de Gestão nº 005/2017-SED, ao Conselho de Administração Específico, conforme estabelece o Estatuto Social da FAESPE.

Art. 44 - O presente Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

FUNDAÇÃO ANTARES DE ENSINO SUPERIOR, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO- FAESPE, em Goiânia, aos 21 de Junho de 2017.



Professora Marlene Falcão Silva Miclos
Presidente



t

**ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE**

Processo n° : 2017111867000321
Interessado: Fundação Antares de Ensino Superior, Pós Graduação, Pesquisa e Extensão - *FAESPE*
Assunto: Regulamentos

DESPACHO N° 452 /2017 - CGE/GAB - Em vista do que consta nos presentes autos, em especial ao disposto no Despacho n° 091/2017 - GFP/SFCCG, e em atenção ao parágrafo único do artigo 17 da Lei Estadual n° 15.503/2005, esta Controladoria-Geral do Estado, APROVA o Regulamento para Contratação de Obras, Serviços, Compras e Alienações e o Regulamento de Recursos Humanos (fls. 035/048 e 064/076) da FAESPE, enviado a esta CGE por meio dos Ofícios n°s 002/2017 e 003/2017 da Organização Social, datados de 23 de junho de 2017.

2. Na oportunidade, ressalta-se que os mesmos deverão ser publicados na imprensa oficial, nos termos do do artigo 17 da Lei Estadual n° 15.503/2005 e que, caso a Entidade promova alterações nos regulamentos em questão, deverá encaminhar para nova aprovação desta CGE e posterior republicação na imprensa oficial.

3. Ressalta-se ainda, que as contratações que forem realizadas em desconformidade ao citado regulamento serão consideradas irregulares (vide artigo 209 do Regimento [ntemo do Tribunal de Contas de Estado) e, portanto, deverão ser registradas no julgamento das prestações de contas da referida Organização Social pela SED, sob pena de responsabilidade solidária.

4 Ademais, a aprovação desta CGE não tem a pretensão de exaurir o assunto, salientando que cabe à OS observar os princípios da impessoalidade, da

t

**ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE**

moralidade, da boa-fé, da probidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade e do julgamento objetivo, bem como a posteriores considerações que poderão ser elencadas em procedimentos de fiscalização, conforme competência deste Órgão.

5 Encaminhe ofício à SED para conhecimento e a FAESPE para publicação do Regulamento para Contratação de Obras, Serviços, Compras e Alienações e do Regulamento de Recursos Humanos na imprensa oficial, nos termos da Lei Estadual nº 15.503/2005 e encaminhamento de cópia da referida publicação a esta COE no prazo máximo de 05 dias úteis.

Gabinete do Secretário de Estado-Chefe da Controladoria-Geral do Estado,
em Goiânia, aos 1 dias do mês de julho de 2017.

Guilherme Franco M. Monteiro
Superintendente da Controladoria
Geral do Estado
CGE

ADAUTO BARBOSA JUNIOR
Secretário de Estado-Chefe

Portaria nº 106/2017;

Vertical Terminador e Recria - SVTR. Fazenda São Tomaz - Rio do Peixe, Rod. GO 174, sentido Rio Verde/Aparecida do Rio Doce à 02 km a esquerda por mais 22 km de terra - Zona Rural, município de Rio Verde - Goiás. Este empreendimento não se enquadra na Resolução CONAMA 001/86.

Protocolo 28248

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

ADROALDO JULIANI, CPF Nº 428.841.100-97, torna a público que **recebeu** da SECIMA a LAO nº 201701332 para a atividade de armazenamento e beneficiamento de grãos localizado na Fazenda Macunaima - Zona Rural - Município de Planaltina de Goiás - GO.

Protocolo 28250

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

CRISTALINA ALIMENTOS, CNPJ 10.666.522/0001-80, torna a público que **recebeu** da SECIMA a LI Ampliação (19462/2011) e LF Renovação (1783/2016) para a atividade de indústria alimentícia situada à Rodovia BR-040 Km 72,7 - Zona Rural - Município de Cristalina - GO.

Protocolo 28251

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

CRISTALINA ALIMENTOS, CNPJ 10.666.522/0001-80, torna a público que **requereu** da SECIMA a LI e LF para Ampliação da atividade de indústria alimentícia situada à Rodovia BR-040 Km 72,7 - Zona Rural - Município de Cristalina - GO. Foi apresentada MCE.

Protocolo 28254

JAMIL SIQUEIRA, CPF nº 091.249.771-87 torna público que requereu junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aparecida de Goiânia - SEMMA, a Licença Ambiental de Instalação, processo nº 2014014198 para atividade de Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, situado à Rua Turquesa, com Avenida Diamante, quadra 58, lote Área Vila Oliveira, Aparecida de Goiânia - GO.

Protocolo 28285

WALDO VILLELA FERREIRA, CPF: 155.524.118-20, torna público que **REQUEREU** da *Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos de Goiás - SECIMA*, a Licença de Corte de Árvores Isoladas em uma área de 373,0833 ha de limpeza de pastagem com aproveitamento lenhoso, na Fazenda Alice, Zona Rural, Município de Itarumã - GO. Não foi determinado estudo de impacto Ambiental.

Protocolo 28323

CRG METALURGICA LTDA-ME, CNPJ 22.195.601/0001-67, torna público que **recebeu** da Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA, a Licença Ambiental Online - LAO, PROCESSO Nº 201701327, para atividade fabricação de tanques e reservatórios e outros recipientes metálicos, com validade de 20/06/2023, localizado Rua 01, Quadra 35, Lote 02, Setor Central. Município de Marzagão-GO.

Protocolo 28325

Resolução Normativa - RN nº 001/2017, de 21 de Junho de 2017. Institui o Regulamento de Compras, Contratações de Obras e Serviços e Alienações de Bens Públicos. O Conselho de Administração da **FUNDAÇÃO ANTARES DE ENSINO SUPERIOR, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAESPE**, no exercício de suas atribuições e competência estatutárias, estabelece e determina o presente Regulamento de Compras, Contratação de Obras e Serviços e Alienações de Bens Públicos. **CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES - Art. 1º** - Este regulamento estabelece normas, rotinas e critérios para a aquisição de bens, contratação de obras e serviços e alienações de bens públicos pela FAESPE, qualificada como Organização Social no Estado de Goiás pelos Decretos nº 8.541/2016 e nº 8.816/2016, quando na utilização de recursos públicos, incluindo as demandas decorrentes de

relações contratuais, convênios ou outras avenças de colaboração firmada junto à Administração Pública, em especial nos Contratos de Gestão. **Art. 2º** - A aquisição de bens, a contratação de obras e serviços e as alienações de bens públicos necessários às finalidades definidas em contratos de gestão, reger-se-ão pelos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, economicidade, impessoalidade, na boa-fé, da probidade, da eficiência, da isonomia e do julgamento objetivo mantendo e observando sempre as orientações da Legislação vigente. **Art. 3º** - As normas deste Regulamento têm como objetivo fixar parâmetros para a seleção das propostas mais vantajosas para a Administração Pública, e assegurar tratamento isonômico aos interessados, mediante julgamento objetivo. **Art. 4º** - Todos os procedimentos de aquisições, contratações e alienações realizados com fundamento neste regulamento devem estar devidamente instruídos e documentados, a fim de facilitar o acompanhamento, o controle e a fiscalização dos mesmos. **Art. 5º** - Na operacionalização dos procedimentos regulamentados, a FAESPE deverá: **I** - Instituir unidade responsável pelo processo formal de compras e da seleção de fornecedores; **II** - Estabelecer processos de controle e avaliação nos procedimentos a serem efetuados em cumprimento ao objeto deste regulamento, através da comprovação de qualidade de produtos e serviços, possibilitando a gerência de riscos e de possíveis eventos adversos; **III** - Realizar procedimentos de registro contábil-financeiro das contratações de obras, serviços, compras e alienações, permitindo controlar as operações com recursos públicos oriundos do Contrato de Gestão. **CAPÍTULO II - DA SELEÇÃO - Art. 6º** - Todo o processo de compras e contratações de que trata este regulamento deve estar devidamente documentado, a fim de facilitar o acompanhamento, o controle e a fiscalização do Contrato de Gestão. **§1º** - A FAESPE, em obediência aos princípios da publicidade e da transparência, dará publicidade prévia aos avisos de compras e/ou contratações, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, nos seguintes meios: **a.** Sítio eletrônico da FAESPE na internet, para todas as aquisições e contratações, incluídas aquelas realizadas por meio de plataforma eletrônica; **b.** Jornal de Grande Circulação estadual e/ou nacional, para contratações, cujo valor esteja acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); **c.** Diário Oficial do Estado de Goiás, quando julgado necessário pela FAESPE. **§2º** - Havendo publicação em mais de um canal acima descrito, a contagem de prazo se dará a partir daquela que ocorrer por último. **§3º** - Os resultados de todas as contratações, incluídas aquelas previstas no artigo 7º, serão disponibilizados no sítio eletrônico da FAESPE, durante a vigência do contrato de gestão, contendo as seguintes informações: fornecedor, objeto, vigência, valores mensal e total. **Art. 7º** - Fica dispensado o procedimento disposto no §1º do Art. 6º deste regulamento, mediante prévia solicitação por escrito da Superintendência Geral, nos seguintes casos: **I** - Operação envolvendo empresas públicas, entidades paraestatais, organizações sociais ou sem fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras, universidades ou centros de pesquisa públicos nacionais; **II** - Aquisição de bens ou contratação de serviços diretamente do fabricante, empresas ou representante comercial exclusivo, devendo ser comprovada a inviabilidade de competição, não podendo haver preferência de marca; **III** - Contratação de serviços técnicos especializados, nos termos do Art. 23 deste Regulamento; **IV** - Inexistência de interessados na seleção regularmente realizada, com a devida publicidade prévia necessária; **V** - Compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas do Contrato de Gestão, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, bem como para a realização das adaptações necessárias para seu pronto uso, observando os valores praticados no mercado; **VI** - Divulgação em mídia, desde que o setor requisitante justifique a real necessidade e o veículo escolhido; **VII** - Suprimento de energia elétrica, água, gás, telefonia, internet ou similar, cujo fornecedor seja exclusivo; **VIII** - Quando houver inequívoca inviabilidade de competição, devendo ser a mesma devidamente comprovada; **IX** - Vistoria, amostras, orçamentos prévios de serviços, para os quais exista a cobrança de confecção/produção/visita técnica ou entrevista, desde que limitada ao valor equivalente às aquisições de pequena monta, sem os quais não se obterá certeza da melhor contratação ou do melhor preço; **X** - despesas de pequena monta e pronto pagamento, assim entendidas aquelas em que não ultrapassem o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) anuais por similaridade de objeto, vedado o fracionamento de despesas para simplificar, indevidamente, o procedimento de compra ou contratação de serviços, passível, o funcionário que der causa, das sanções legais; **XI** - Para despesas



realizadas em regime de emergência, assim entendidas aquelas situações cuja morosidade no atendimento possa ocasionar prejuízos à Administração Pública ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou equipamentos, devendo haver justificativa prévia. **§1º** - As compras e contratações realizadas com fundamento nos Incisos IV, X e XI deste artigo serão realizadas através de pesquisa de mercado por telefone, e-mail ou orçamentos, devidamente registrados no respectivo processo de compras/contratação. **§2º** - Nas hipóteses dos Incisos I, II, III, VIII e IX, a empresa contratada deverá comprovar a compatibilidade do preço praticado no mercado, por meio de notas fiscais, equivalente de contratação com outros clientes com produtos/serviços idênticos e/ou similares para validação do valor contratado. **§3º** - Na hipótese prevista no inciso V, a comprovação da compatibilidade do preço de mercado se dará por meio de 03 (três) cotações opinativas de corretores devidamente inscritos no CRECI ou laudo técnico de engenharia com ART. **§4º** - Na hipótese do Inciso XI, o setor requisitante deverá apresentar juntamente à solicitação, um motivo que justifique a necessidade de regime de emergência, competindo à FAESPE através de sua Superintendência Executiva em conjunto com a Superintendência interessada, a análise da procedência ou não do pedido. **§5º** - As despesas realizadas em regime de emergência ficarão adstritas ao prazo e quantidades necessárias à finalização do procedimento de contratação previsto no parágrafo 1º do artigo 6º deste regulamento, limitadas a 90 (noventa) dias. **Art. 8º** - O procedimento de seleção de fornecedores/prestadores inicia-se com a solicitação de aquisição de bens, contratação de obras ou serviços, a qual deverá conter: **I** - A indicação da razão pela qual se faz necessária a aquisição de bens, ou a contratação de serviço ou obras demandadas; **II** - A descrição pormenorizada do material ou bem a ser adquirido, ou do serviço ou obra a ser contratado; **III** - A quantidade a ser adquirida, quando se tratar de compras; **IV** - O regime de seleção, que poderá ser de rotina ou emergência. **Art. 9º** - A realização de seleção de fornecedores/prestadores não obriga a FAESPE a formalizar o contrato, podendo a mesma ser anulada ou cancelada pela Superintendência Executiva, desde que devidamente justificado. **Art. 10º** - A Seleção de Fornecedores poderá ser realizada em 02 (duas) modalidades: **I** - Carta Simples; **II** - Carta Especial. **§1º** - Caso não seja possível, no início do processo de contratação, definir a modalidade de procedimento que será aplicada, será realizada cotação prévia pelo setor responsável. **§2º** - Verificada, ao longo do processo de contratação, a incompatibilidade entre o valor dos serviços e a modalidade de procedimento, o setor responsável realizará a conversão necessária, observando os respectivos requisitos e documentos obrigatórios indicados neste Regulamento. **CAPÍTULO III - DA CARTA SIMPLES - Art. 11** - Será utilizada a Modalidade Carta Simples quando o valor dos bens a serem adquiridos, ou dos serviços ou obras a serem contratados, for inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) anuais. **Parágrafo Único** - Os atos de convocação deverão ser divulgados na página da entidade na Internet, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data final estabelecida para o recebimento das propostas. **CAPÍTULO IV - DA CARTA ESPECIAL - Art. 12** - A FAESPE utilizará um procedimento de maior formalidade que consiste na Carta Especial, por meio da qual é feito o chamamento público, mediante divulgação do Extrato de Chamamento, no qual serão fornecidas as instruções e condições de participação de quaisquer interessados em fornecer bens, serviços ou em realizar obras quando o valor estimado destes for superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). **Art. 13** - O Extrato de Chamamento estabelecerá, em cada caso, os procedimentos a serem utilizados para apresentação das propostas pelos participantes interessados, contendo os critérios de julgamento objetivo. **Parágrafo Único** - Os Extratos de Chamamentos e as homologações das Cartas Especiais deverão ser divulgados na página da Internet da instituição, acrescentando-se que o Extrato de Chamamento deverá também ser publicado em jornal de grande circulação e, quando necessário, no Diário Oficial do Estado, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data final estabelecida para o recebimento das propostas. **CAPÍTULO V - DO JULGAMENTO - Art. 14** - No julgamento das propostas para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, serão considerados os seguintes critérios: **I** - Adequação das propostas ao objeto da seleção; **II** - Qualidade; **III** - Preço; **IV** - Prazos de fornecimento ou de conclusão dos serviços; **V** - Condições de pagamento; **VI** - Custos de transporte e seguro até o local da entrega, quando for o caso; **VII** - Eventual necessidade de treinamento de pessoal; **VIII** - Garantia de manutenção, reposição de peças, assistência técnica e atendimento

de urgência, quando for o caso; **IX** - Segurança e durabilidade dos bens adquiridos e dos serviços e obras prestados; **X** - Outros critérios previstos na solicitação ou ato de convocação, desde que os mesmos não inviabilizem a competitividade do processo. **§1º** - É vedada a utilização de critérios de julgamento que possam favorecer qualquer proponente. **§2º** - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências da solicitação ou do ato convocatório. **Art. 15** - Será considerada a melhor proposta a que resultar em melhor custo/benefício à Administração Pública. **§1º** - Sempre que possível, deverá ser dada preferência à proposta que apresentar o menor preço, salvo os casos devidamente motivados; **§2º** - Caso a proposta vencedora não atenda às exigências solicitadas no Termo de Referência, será examinada a proposta subsequente, e assim sucessivamente. **§3º** - Quando todas as propostas recebidas apresentarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou valores inexequíveis será prorrogado o prazo inicialmente estabelecido, por igual período, para recebimento de novas propostas. **Art. 16** - Declarada a empresa vencedora na fase de julgamento das propostas, a mesma será convocada a encaminhar as documentações solicitadas no Termo de Referência. **§1º** - Caso a empresa apresente irregularidades nas documentações, será examinada as documentações da empresa subsequente, e assim sucessivamente. **§2º** - Declarada a empresa vencedora, a FAESPE dará publicidade ao ato, devendo divulgar na página da entidade na Internet o objeto, o nome do fornecedor/prestador selecionado, o preço praticado e a vigência. **§3º** - A FAESPE comunicará à empresa para que compareça nas dependências da CONTRATANTE para que seja formalizado, nos casos que couber, instrumento contratual. **§4º** - Quando o responsável pela proposta vencedora, por qualquer razão, não assinar o contrato no prazo estabelecido, é facultado a FAESPE convocar os participantes remanescentes, obedecendo à ordem de classificação, ou revogar o certame. **CAPÍTULO VI - DAS COMPRAS - Art. 17** - Para fins do presente regulamento, considera-se compra toda aquisição remunerada de bens de consumo e materiais permanentes, para fornecimento de uma só vez ou em parcelas, com a finalidade de suprir a organização com os materiais necessários ao desenvolvimento de suas atividades. **Art. 18** - Após aprovada a compra, nos termos do Art. 15 do presente Regulamento, o setor responsável emitirá a ordem de Compra, em três vias, distribuindo-as aos setores competentes e ao fornecedor. **Art. 19** - A ordem de Compra representa o documento formal da negociação havida entre a FAESPE e o fornecedor e encerra o procedimento de compras, para os casos de aquisição de bens, devendo representar fielmente todas as condições em que foi realizada a avença. **Art. 20** - O recebimento físico e conferência dos bens e materiais serão realizados pelo setor responsável a partir das especificações contidas no Pedido de Compra, em caso de conformidade, deverá após a conferência ser dada entrada da nota fiscal no sistema de gestão de estoque, bem como, ser realizado atesto da nota fiscal com carimbo do responsável para posterior pagamento. **Parágrafo Único** - O acompanhamento dos pedidos de compras será realizado pelo setor responsável, a qual acionará a empresa caso haja atraso nos prazos de entrega. **Art. 21** - Poderão ser estabelecidas comissões nomeadas para tanto, para definirem padronizações e especificações técnicas para os produtos necessários às atividades da FAESPE, sendo vedada a preferência de marca, a fim de garantir a impessoalidade e isonomia nos processos de compras. **CAPÍTULO VII - DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - Art. 22** - Para fins do presente Regulamento considera-se serviço a prestação de qualquer trabalho de qualquer natureza, excetuando-se o disposto no Capítulo VIII da presente Resolução. **Art. 23** - Para fins do presente Regulamento, consideram-se serviços técnicos especializados, os trabalhos relativos a: **I** - Estudos Técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos; **II** - Pareceres técnicos, perícias e avaliações em geral, inclusive em âmbito judicial; **III** - Assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; **IV** - Fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; **V** - Patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; **VI** - Profissional ou grupo de qualquer setor artístico, com fins da promoção de oficinas em ensino ou congêneres; **VII** - Contratação de profissionais para a elaboração de conteúdo a ser inserido em materiais e suplementos didáticos. **Parágrafo Único** - As Superintendências, Administrativa, Financeira, Técnico-Pedagógica e Tecnológica deverão informar a necessidade dos serviços, selecionar criteriosamente os prestadores de serviços técnicos especializados, considerando a idoneidade, a experiência e a especialização do contratado, dentro da respectiva área, devendo

ser comprovada e ou justificada a inviabilidade de competição quando assim ocorrer. **Art. 24** - Será elaborado contrato que estabelecerá com clareza e precisão as condições para a aquisição de bens ou prestação de serviços, devendo conter os itens abaixo citados, no que couber, quais sejam: **I** - O objeto da contratação; **II** - O preço, as condições de pagamento e, quando for o caso, os critérios de reajuste de preços e de atualização monetária; **III** - Os prazos de início e término; **IV** - As penalidades cabíveis e os valores percentuais das multas; **V** - Os casos de rescisão; **VI** - Descrição dos produtos; **VII** - Cronograma de atividades contendo a descrição e prazos de execução de cada fase de trabalho, quando houver; **VIII** - Previsão de apresentação de relatórios parciais, quando for o caso, e final, sobre o andamento e/ou a entrega dos serviços; **IX** - Cláusula condicionando a liberação dos pagamentos à verificação dos serviços prestados, conforme previsto no Art. 25, e à emissão de nota fiscal (em caso de pessoa jurídica) e Recibo de Profissional Autônomo (em caso de pessoa física). **Art. 25** - A verificação da conformidade dos serviços prestados com os contratados será realizada pelo setor responsável, o qual procederá à conferência destes a partir dos dispositivos do contrato de prestação de serviços e/ou aquisição de bens e dos relatórios elaborados pelo prestador/fornecedor, cabendo-lhe rejeitar os serviços/bens que não correspondam às condições e especificações estabelecidas.

CAPÍTULO VIII - DA CONTRATAÇÃO DE OBRAS - Art. 26 - Para fins do presente Regulamento, considera-se obra toda construção, reforma, recuperação ou ampliação de imóveis realizada por terceiros. **Art. 27** - Para a contratação de obras deverão ser elaborados previamente os projetos básicos e/ou executivos, bem como o cronograma físico-financeiro, assim considerados: **I** - Projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou o complexo de obras, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução; **II** - Projeto executivo: conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT; **III** - Cronograma físico-financeiro: documento contendo a previsão de prazo de execução de cada etapa da obra e respectivo desembolso financeiro. **Art. 28** - Na elaboração dos projetos básicos e executivos deverão ser considerados os seguintes requisitos: **I** - Segurança; **II** - Funcionalidade e adequação ao interesse público; **III** - Economia na execução, conservação e operação; **IV** - Possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação; **V** - Facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço; **VI** - Adoção das normas técnicas adequadas; **VII** - Avaliação de custo, definição de métodos e prazo de execução. **Art. 29** - Caberá a Superintendência Geral determinar o regime de contratação da obra, o qual poderá ser: **I** - Empreitada global, quando for contratada a execução da obra e fornecimento de materiais por preço certo e global, com observância severa aos serviços efetivamente executados e medidos; **II** - Empreitada parcial, quando for contratada apenas mão-de-obra por preço certo, com observância severa aos serviços efetivamente executados e medidos. **Art. 30** - O contrato estabelecerá com clareza e precisão as condições para a execução da obra, dispondo, no mínimo, sobre: **I** - O objeto da contratação; **II** - O regime de execução; **III** - O preço, as condições de pagamento e, quando for o caso, os critérios de reajuste de preços e de atualização monetária; **IV** - Os prazos de início e término; **V** - Os direitos e as responsabilidades das partes, sendo que deverá constar expressamente a obrigação do empreiteiro de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições existentes na seleção; **VI** - As penalidades cabíveis e os valores percentuais das multas; **VII** - Os casos de rescisão. **Art. 31** - A Superintendência Geral nomeará comissões responsáveis pelo recebimento e julgamento das propostas de preço e de acompanhamento e fiscalização da obra de modo sistemático e permanente, de maneira a fazer cumprir rigorosamente os prazos, condições e especificações previstas no contrato e no projeto de execução. **Parágrafo Único** - Ficarão a cargo das comissões competentes nomeadas: **I** - Receber propostas e proceder ao julgamento; **II** - Rejeitar os serviços ou materiais que não correspondam às condições e especificações estabelecidas; **III** - Verificar se os valores cobrados correspondem aos serviços efetivamente executados; **IV** - Acompanhar o ritmo da

execução da obra, informando ao gestor do contrato as irregularidades detectadas; **V** - Emitir parecer final, ao término da obra, recomendando ou não sua aceitação. **CAPÍTULO IX - DOS ATOS ILÍCITOS - Art. 32** - Os colaboradores que praticarem atos em desacordo com os preceitos deste regulamento de compras, visando ou não frustrar os objetivos da contratação de obras, serviços e compras sujeitam-se às sanções previstas neste regulamento, no Manual de Processo Administrativo Disciplinar da FAESPE, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar. **I** - É expressamente proibido o recebimento de vantagens de qualquer natureza, por qualquer funcionário da instituição, em qualquer das fases do processo de contratação de obras, serviços e compras. Da mesma forma, fica expressamente proibido que conste nome, símbolos, logomarcas e/ou imagens que caracterizem ou favoreçam a promoção pessoal de autoridades ou funcionários em publicidade de atos, programas, obras e serviços. **II** - É expressamente proibido a quaisquer funcionários que detenham poder decisório ou não, relacionamento comercial ou profissional com pessoas físicas e ou jurídicas que mantenham relações comerciais com a FAESPE. É vedado também qualquer tipo de ação que objetive frustrar qualquer tipo de contratação de obras, serviços ou compras. **III** - É expressamente proibida a utilização de bens, serviços, bem como a utilização dos serviços desenvolvidos pelos colaboradores da instituição em benefício de quaisquer funcionário que detenha poder decisório, contrariando as finalidades da FAESPE. **CAPÍTULO X - DAS ALIENAÇÕES - Art. 33** - Os bens imóveis de uso permitidos pelo Estado à Organização Social, bem como aqueles adquiridos utilizando-se de recursos provenientes da celebração de Contrato de Gestão, são inalienáveis. **Art. 34** - As alienações de bens móveis adquiridos com dinheiro público deverão ser precedidas de anuência do Poder Público, e os recursos advindos de tal procedimento serão revertidos em investimentos no desenvolvimento das atividades do contrato de gestão. **Art. 35** - O procedimento de alienação abrange as seguintes fases: **a.** Inventário dos bens; **b.** Declaração de que os mesmos se tornaram inservíveis para a execução da atividade; **c.** Avaliação dos bens; **d.** Comunicação ao Órgão Supervisor, para fins de controle patrimonial; **e.** Publicação do "editoal ou similar", dos termos do art. 6º; **f.** Recebimento e julgamento das propostas; **g.** Publicação do resultado, nos termos do §3º do Art. 6º. **Art. 36** - A alienação será realizada pelo critério de julgamento de maior oferta. **CAPÍTULO XI - DISPOSIÇÕES FINAIS - Art. 37** - Os bens móveis e imóveis doados para a organização social ou adquiridos pela mesma, utilizando-se de recursos provenientes da celebração de contrato de gestão, destinar-se-ão, exclusivamente, à sua execução, devendo a respectiva titularidade ser transferida de imediato ao Estado. **Art. 38** - Em todas as modalidades de contratação, somente poderão participar da seleção de fornecedores/prestadores, ou, em caso de dispensa desta, as empresas legalmente constituídas. **§1º** - A legalidade da constituição da empresa será comprovada por meio de cópia do contrato ou estatuto social e do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ). **§2º** - Em todas as modalidades de contratação será exigida das empresas participantes a regularidade fiscal, por meio de: **I** - Prova de Regularidade Fiscal concernente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por meio de "Certidão Conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN"; **II** - Prova de situação regular para com a Fazenda Estadual do Estado de Goiás, que deverá ser feita por meio de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual; **III** - Prova de situação regular para com a Fazenda Municipal, que deverá ser feita por meio de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal; **IV** - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, alínea "a", Lei nº 8.036 de 11/05/90), através da apresentação do CRC - Certificado da Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal; **V** - Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho. **Art. 39** - É vedado que a entidade mantenha qualquer tipo de relacionamento comercial ou profissional (contratar serviços, fazer aquisições e outros) com pessoas físicas e jurídicas que se relacionem com dirigentes que detenham poder decisório, bem como com aqueles elencados no art. 8º - C da Lei Estadual nº 15.503/2005. **Art. 40** - A aquisição de bens imóveis, a ser realizada durante a execução do contrato de gestão, com recursos dele provenientes, será submetida à Secretaria de Estado competente e somente poderá ser feita mediante autorização desta, devidamente ratificada pelo Chefe do Executivo, devendo a respectiva titularidade ser transferida de imediato ao Estado. **Art. 41** - O pagamento

somente poderá ser efetuado mediante entrega do respectivo documento fiscal competente, nota fiscal ou RPA (recibo de pagamento de autônomo), os quais deverão obrigatoriamente conter o número do Contrato de Gestão a que se refere, sendo que para as notas fiscais tal informação deverá constar no campo "informações adicionais". **Art. 42** - Os contratos terão prazo determinado não podendo ultrapassar, inclusive suas eventuais prorrogações, o limite máximo do contrato de gestão ou 60 (sessenta) meses, se aquele for maior. **Art. 43** - Os casos omissos neste Regulamento serão decididos pela Superintendência Geral, submetendo-se suas decisões à ratificação do Conselho de Administração da Instituição e no que se refere às matérias correspondentes ao Contrato de Gestão nº 005/2017-SED, ao Conselho de Administração Específico, conforme estabelece o Estatuto Social da FAESPE; **Art. 44** - O presente Regulamento entra em vigor na data de sua publicação. **FUNDAÇÃO ANTARES DE ENSINO SUPERIOR, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAESPE**, em Goiânia, aos 21 de Junho de 2017. **Professora Marlene Falcão Silva Miclos Presidente**

Protocolo 28202

Resolução Normativa - RN nº 002/2017, de 21 de Junho de 2017. Institui o Regulamento de Recrutamento, Seleção e Contratação de Pessoal. O Conselho de Administração da **FUNDAÇÃO ANTARES DE ENSINO SUPERIOR, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAESPE**, no exercício de suas atribuições e competência estatutárias, estabelece e determina o presente Regulamento de Recrutamento, Seleção e Contratação de Pessoal. **CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES - Art. 1º** - Este regulamento estabelece normas, rotinas e critérios para o recrutamento, seleção e contratação de pessoal pela **FUNDAÇÃO ANTARES DE ENSINO SUPERIOR, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAESPE**, qualificada como Organização Social pelo Estado de Goiás pelos Decretos nº 8.541/2016 e nº 8.816/2016, incluindo as demandas decorrentes de relações contratuais, convênios ou outras avenças de colaboração firmada junto à Administração Pública, em especial nos Contratos de Gestão. **Art. 2º** - O recrutamento, seleção e contratação de pessoal, necessários às finalidades da FAESPE, reger-se-ão pelos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, economicidade, impessoalidade, na boa-fé, da probidade, da eficiência, da isonomia e do julgamento objetivo mantendo sempre e observando as orientações da Legislação vigente. **Art. 3º** - As normas deste Regulamento têm como objetivo fixar parâmetros para a contratação de pessoal no formato mais adequado e satisfatório para a FAESPE, e assegurar tratamento isonômico aos interessados, mediante julgamento objetivo. **Art. 4º** - Todos os procedimentos de recrutamento, seleção e contratação realizados com fundamento neste regulamento devem estar devidamente instruídos e documentados, a fim de facilitar o acompanhamento, o controle e a fiscalização dos mesmos. **Art. 5º** - Na operacionalização dos procedimentos regulamentados, a FAESPE deverá: **§1º** - Instituir unidade responsável pelo processo formal de recrutamento, seleção e contratação de pessoal; **§2º** - Estabelecer processos de controle e avaliação nos procedimentos a serem efetuados em cumprimento ao objeto deste regulamento; **§3º** - Realizar procedimentos de registro contábil-financeiro das contratações de pessoal, permitindo controlar as operações com recursos públicos oriundos do Contrato de Gestão; **§4º** - Realizar através de técnicas que visam avaliar os conhecimentos gerais, competências e potencialidades dos candidatos, em conformidade com o perfil exigido para o preenchimento das vagas. **CAPÍTULO II - DAS ATIVIDADES - Art. 6º** - Não é permitida discriminação de cor, estado civil, religião, nacionalidade, credo político, sexo, orientação sexual e idade. **Art. 7º** - O processo seletivo respeitará as exigências definidas como perfis para ocupação da vaga, podendo sofrer alterações decorrentes de obrigações oriundas de pactos firmados com entidades públicas ou privadas e/ou do demandante. **Art. 8º** - O recrutamento deverá acontecer, salvo nos casos das hipóteses previstas no artigo 40, por meio de divulgação de Edital, na imprensa oficial de cada Estado que estiver vinculado, bem como no site da FAESPE, no prazo mínimo de 10 dias antes da realização da seleção. **Art. 9º** - Não há limite de número de candidatos para participação no processo seletivo, no entanto, apenas serão indicados para a entrevista individual, caso corresponda à última fase da seleção, até 06 (seis) candidatos classificados a mais da quantidade de vagas disponíveis, e assim sucessivamente, até o

encerramento, com sucesso, da seleção, sendo o quantitativo de vagas disponíveis definido pelo demandante. **Art. 10º** - A aprovação no processo seletivo apenas classificará o candidato para futura contratação. **Parágrafo Único** - A FAESPE reserva-se no direito de proceder às contratações conforme a necessidade do serviço. **Art. 11** - Poderá ser responsabilidade de consultoria externa contratada, o processo de recrutamento para captação e triagem dos candidatos conforme exigência da vaga e requisitos estabelecidos pela FAESPE. **Art. 12** - A contratação dos serviços de consultoria externa especializada deverá ser realizada nos termos do Regulamento de Compras, Contratações de Obras e Serviços e Alienações de Bens Públicos da FAESPE. **Parágrafo Único** - A consultoria contratada deverá observar os critérios estabelecidos e as orientações do setor de Gestão de Pessoas, bem como seguir o presente regulamento. **Art. 13** - São responsabilidades do demandante quando do processo de contratação de pessoal: **I** - Imprimir e preencher o formulário de Solicitação de Abertura de Vaga definindo o perfil específico da vaga; **II** - Justificar a necessidade da vaga através de relatório e providenciar as devidas aprovações no formulário indicado no inciso I, de acordo com o tipo de contratação e enviá-lo à Gestão de Pessoas; **III** - Participar da seleção quando a análise exigir conhecimento técnico conforme perfil solicitado; **IV** - Realizar entrevistas individuais com os candidatos informando o seu parecer final, observadas, se for o caso, as exigências contidas no edital de seleção; **V** - Informar à Gestão de Pessoas o(s) nome(s) do(s) candidato(s) aprovado(s) e a(s) data(s) de admissão, para que seja dada continuidade no processo de contratação. **Art. 14** - São responsabilidades do setor de Gestão de Pessoas quando do processo de contratação de pessoal: **I** - Cobrar do setor responsável todos os impressos necessários para o início do processo de recrutamento; **II** - Complementar o termo de referência para seleção, base para o edital, quando for o caso; **III** - Providenciar meios de anúncio elaborando edital, quando necessário, e/ou providenciando divulgação em outros meios, conforme exigências contratuais e perfil da vaga; **IV** - Orientar e acompanhar recrutamento quando houver contratação de consultoria externa; **V** - Aplicar teste psicológico específico, conforme perfil da vaga; **VI** - Elaborar, com o solicitante da vaga, a descrição de função, que deverá nortear os processos seletivos de substituição; **VII** - Coordenar o agendamento das entrevistas com cada candidato; **VIII** - Encaminhar ao demandante os finalistas e reservar um dia para que ocorram as entrevistas; **IX** - Coordenar o agendamento das entrevistas dos finalistas; **X** - Manter atualizados os candidatos participantes, preferencialmente através de e-mail, conforme o andamento da seleção; **XI** - Seguir o plano de remuneração estabelecido para o contrato de gestão em questão, ou o plano de remuneração estabelecido pela FAESPE para contratações da sede; **XII** - Realizar estudo de remuneração junto a Diretoria da área solicitante, para cargos de liderança, considerando a última ou a atual remuneração e benefícios do candidato aprovado, comparando a remuneração e benefícios oferecidos; **XIII** - Informar ao candidato a modalidade de contratação em período de experiência de 90 (noventa) dias e solicitar os documentos necessários; **XIV** - Obedecer aos seguintes prazos para todos os processos de recrutamento, seleção e admissão: **a.** Máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da solicitação da vaga, para aumento de quadro; **b.** Máximo de 20 (vinte) dias para substituição de quadro. **CAPÍTULO III - DA SELEÇÃO - Art. 15** - O processo seletivo respeitará as exigências definidas como perfis para ocupação da vaga, podendo sofrer alterações decorrentes de obrigações oriundas de pactos firmados com entidades públicas ou privadas e/ou do demandante. **Art. 16** - Como critério de seleção, esta será pública, mediante publicação de edital que vinculará todo o processo seletivo. **Art. 17** - As seleções realizadas mediante seleção pública com publicação de edital seguirão rotina específica. **Art. 18** - Os editais, em seu inteiro teor, serão publicados no sítio da FAESPE, e também em outros sítios oficiais, de acordo com a obrigatoriedade de cada Estado ao qual estiver vinculado e demais normativas estaduais, no prazo mínimo de 10 (dez) dias antes da realização da seleção. **Art. 19** - Será de responsabilidade do setor de Gestão de Pessoas acompanhar o processo seletivo juntamente com o demandante da vaga. **Art. 20** - Serão utilizadas as seguintes formas de avaliação, separada ou simultaneamente, a depender das exigências que lastrem a contratação: **I** - Avaliação escrita, objetiva e/ou subjetiva; **II** - Avaliação oral; **III** - Avaliação prática; **IV** - Avaliação psicológica; **V** - Avaliação curricular; **VI** - Avaliação através de dinâmica de grupo; **VII** - Avaliação através de entrevista individual por competência. **Art. 21** - Em casos de urgência de contratação de